



## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.016548/2022-91

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura aquisição de equipamentos médico-hospitalares a fim de suprir as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, conforme termos e condições constantes neste Termo de Referência.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da aquisição de material permanente para uso do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSEH, de acordo com sua necessidade e com a devida autorização e aprovação da autoridade competente, conforme consta no presente processo.

2.2. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão é uma instituição hospitalar pública do Sistema Único de Saúde, com atendimento universal e gratuito voltado para atendimento de média e alta complexidade nas áreas de ginecologia, obstetrícia, ortopedia, neurocirurgia, hemodinâmica, nefrologia, litotripsia, transplante e realização de exames de raios-x, ultrassonografia, tomografia computadorizada, mamografia, seriografia, endoscopia, cirurgias oftalmológicas, etc.

2.3. Considerando a natureza dos serviços prestados pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSEH que trata com a vida de indivíduos devendo estar apto a dar respostas imediatas às situações que envolvem o atendimento do usuário de modo a tomar medidas de caráter decisório de resguardo do interesse público.

2.4. Considerando que a gestão tecnológica dos equipamentos e instalações assume cada vez mais importância diante dos problemas enfrentados para preservação dos ativos operacionais, com qualidade, segurança, disponibilidade e custos compatíveis.

2.5. Considerando que o gerenciamento adequado do parque de equipamentos deve estar compatível com a importância e responsabilidade do hospital como organização de preservação da vida.

2.6. Considerando que o presente processo de aquisição visa prover o registro de preços para aquisição de equipamentos médico-hospitalares previstos no Plano de Investimentos 2022 do HU-UFMA/EBSEH. Contemplando tanto a aquisição de novos equipamentos para substituição de equipamentos já considerados obsoletos, quanto a adequação do quantitativo de outros no sentido de garantir as boas práticas dos serviços prestados pelo HU-UFMA/EBSEH.

2.7. Considerou-se as necessidades de importantes Serviços do HU-UFMA/EBSEH, a citar: Fisioterapia, Nutrição, Unidade de Processamento de Materiais Esterilizáveis, Unidade de Cuidados Intensivos Perinatais e Neonatais, Unidade de Diagnósticos por Imagem e Centros Cirúrgicos.

2.8. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração visando o alcance dos objetivos do HU-UFMA:

2.8.1. Prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade em especial na Alta complexidade, de forma universalizada e igualitária harmonizada com o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.8.2. Ser campo de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins, em estreita relação e sob orientação das Coordenadorias e dos Departamentos que nele efetivamente atuam.

2.8.3. Aprimorar a qualidade acadêmica e científica dos profissionais, contribuindo para o fortalecimento e expansão da pós-graduação.

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A seguir quadro com a especificação mínima e os quantitativo dos Itens a serem fornecidos, e respectivos códigos CATMAT - Catálogo de Material:

Item	Cód. HU-UFMA/EBSERH	CATMAT	Equipamento	Apresentação	Quantidade
1	5001693	427497	<b>ADIPÔMETRO CIENTÍFICO</b>  Adipômetro científico com corpo em plástico, alumínio ou aço, escala no mínimo de 0 a 60 mm, resolução de 01 mm, mola de pressão constante de 10g/mm2 em qualquer abertura do aparelho, pinças móveis, que possibilite a leitura rápida e direta da dobra cutânea e estojo para transporte. Registro na ANVISA Garantia mínima de 12 meses.	UN	10
2	5002376	367302	<b>APARELHO DE ANESTESIA</b>  Aparelho de Anestesia de grande porte composto por ventilador eletrônico, rotâmetro com misturador de gases eletrônico. Vaporizador calibrado, filtro circular autoclavável. Destinado a pacientes neonatais de baixo peso, pediátricos, adultos e obesos mórbidos.  Descrição Geral:  1. Gabinete em material não oxidante, provido de gavetas, mesa de trabalho fixa, superfície superior ou suporte para apoio de monitores, sistema de rodízios giratórios com freios.  2. Display LCD mínimo de 12 polegadas colorido para facilitar acompanhamento da ventilação mecânica;  3. deverá possuir sistema de testes automáticos ao ligar para detecção de erros e falhas de funcionamento;  4. compensação de volume corrente;  5. alimentação elétrica 220 V;  6. Bateria interna com autonomia de no mínimo 30 minutos;  7. Tecnologia de pistão, turbina, fole ascendente ou refletor de volume;  8. possibilidade de sistema de exaustão de gases;  9. monitorização de agentes anestésicos na tela do equipamento;	UN	5

9. possibilidade de conexão com cilindros de O<sub>2</sub> e N<sub>2</sub>O com visualização da pressão para os dois gases.

10. Ventilador eletrônico com modo controlado por pressão (PCV), controlado por volume (VCV ou IPPV), controlado por volume e regulado à pressão (AUTOFLOW, PRVC ou similar), ventilação mandatória intermitente sincronizada (SIMV);

11. ventilação com pressão de suporte com modo backup de apnéia (PSV) e ventilação manual/espontânea.

12. Deve apresentar saída independente para o desvio do fluxo de gases frescos do filtro circular para um sistema de ventilação aberto (baraka, bain, etc) com comando de seleção.

13. Parâmetros ajustáveis: Volume corrente 20 a 1400ml, no mínimo, frequência respiratória de 5 a 80, peep 0(desligado) e no mínimo entre 4 a 20, pausa inspiratória de 5 a 60% ou de 0 a 30% do ciclo respiratório, pressão inspiratória 5 a 60cmH<sub>2</sub>O, trigger por fluxo de no mínimo 0,5 a 9lpm ou fluxo de 0 a 100% do biasflow.

14. Monitorização de volume corrente, volume minuto, FiO<sub>2</sub>, pressão de pico, média e peep.

15 Gráficos de pressão x tempo, fluxo x tempo e loops de pressão x volume e fluxo x volume.

16. Alarmes: pressão de pico, peep, FiO<sub>2</sub>, volume mínimo, apnéia, falta de energia elétrica, baixa pressão de O<sub>2</sub>.

17. O rotâmetro deverá, com misturador de gases eletrônico, permitindo ventilação com baixo fluxo em todos os gases.

18. Chave mecânica ou eletrônica para seleção da mistura com O<sub>2</sub> entre N<sub>2</sub>O e Ar comprimido.

19. Sistema de segurança contra hipóxia garantindo entre 25% e 28% de oxigênio na mistura com óxido nitroso para o FGF.

20. Corte no fornecimento de N<sub>2</sub>O diante de baixa pressão de O<sub>2</sub>.

21. Indicador do fluxo total ajustado.

22. Válvula para fluxo direto de O<sub>2</sub>.

23. Um vaporizador calibrado para sevoflurano e isoflurano .

			<p>24. Filtro valvular, conjunto de fole, sensores de fluxo e circuito ventilatório devem ser autoclaváveis e de rápida montagem e desmontagem.</p> <p>25. Com sistema de aquecimento ativo ou outro que evite o acúmulo de condensação de água no interior do circuito respiratório.</p> <p>26. Canister com nível de transparência com capacidade mínima de 700g de cal sodada.</p> <p>27. Válvula APL visualmente graduada, com funcionamento independente da ventilação controlada.</p> <p>28 Acessórios: O aparelho deverá ser entregue acompanhado por 2 (dois) circuitos respiratórios em tamanho adulto e 2 (dois) pediátrico/neonatal, corrugados externamente, liso internamente, permitindo esterilização em autoclave a vapor; Balão para ventilação manual; mangueiras de extensão para oxigênio, óxido nítrico e ar comprimido; manual operacional na língua portuguesa e todos os demais acessórios ou partes necessárias para o pleno funcionamento.</p> <p>29. Registro na ANVISA.</p> <p>30. Garantia mínima de 36 meses.</p>		
3	3113300603	459190	<p><b>ASPIRADOR CIRÚRGICO DE SECREÇÃO</b></p> <p>1. Com motor elétrico isento de óleo;</p> <p>2. Deve ser montado em pedestal com rodízios munidos de freios;</p> <p>3. Frasco coletor transparente, graduado em relevo e tampa com proteção antitransbordamento e capacidade mínima de 2,0 litros;</p> <p>4. A proteção deve ser tal que interrompa a aspiração quando o frasco estiver cheio;</p> <p>5. Tampa e corpo do frasco coletor devem resistir a temperaturas de desinfecção de alto nível (autoclavável a 121oC);</p> <p>6. Deve apresentar baixo nível de ruído durante operação;</p> <p>7. Com filtro para proteção do próprio equipamento (0,5 micron);</p> <p>8. Fluxo regulável faixa mínima de 0 a 20 lpm;</p> <p>9. Vacuômetro calibrado de no mínimo 760mmHg;</p>	UN	5

			<p>10. Indicador analógico de nível de pressão;</p> <p>11. Com alça para facilitar o deslocamento;</p> <p>12. Proteção contra respingos no corpo do equipamento (nível IPX2);</p> <p>13. Possuir pedal de acionamento;</p> <p>14. Alimentação elétrica de 220V;</p> <p>15. Frasco coletor extra;</p> <p>16. Carcaça resistente a impactos;</p> <p>17. Garantia mínima de 12 meses.</p>		
4	5002354	421327	<p><b>BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA DE SERINGA PARA USO EM UTI</b></p> <p>1. microprocessada;</p> <p>2. com controle de velocidade de infusão de no mínimo 0,1 ml/h</p> <p>3. controle de volume a infundir de 0,1 a 999,9 ml (faixa mínima);</p> <p>4. cálculo automático de velocidade de infusão a partir do volume total e do tempo de infusão ou programada m ml/h;</p> <p>5. tecla para zerar o totalizador de volume durante a infusão;</p> <p>6. memorização de marca e tamanho de seringas de 10 a 60 ml;</p> <p>7. compatibilidade com seringas de diversas marcas incluindo BD, Terumo, B.braun, KDL, Cabifill, Astra- zenica etc. ;</p> <p>8. mínimo três níveis de pressão de oclusão;</p> <p>9. visor de fácil leitura que informe constantemente a velocidade de infusão em ml/h, volume infundido e o tipo de seringa;</p> <p>10. injeção de "bolus" em velocidade de 180 ml/h;</p> <p>11. alarmes sonoros e visuais de erro na entrada de dados, erros no limite de velocidade, oclusão, fim de curso e bateria baixa, seringa diferente da configurada, seringa vazia, desconectada ou travada, queda ou aumento de pressão;</p> <p>12. silenciador de alarmes;</p> <p>13. bateria recarregável com, no mínimo, 02 horas de autonomia;</p> <p>14. indicação luminosa de nível de carga de bateria e de bateria fraca;</p>	UN	15

			<p>15. sistema para fixação a suporte nas posições horizontal e vertical;</p> <p>16. para operar em rede elétrica de 110 / 220 volts, 50 - 60Hz;</p> <p>17. registro na ANVISA</p> <p>18. Garantia mínima de 24 meses.</p>		
5	5007890	410763	<p><b>CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR</b></p> <p>1. Estrutura com acabamento liso, livre de rebarbas e cantos vivos.</p> <p>2. O tampo deverá ser em aço inoxidável ou aço fosfatizado ou ABS com antifungos.</p> <p>3. Rodízios com diâmetro mínimo de 100 mm, com trava em dois deles.</p> <p>4. Deve possuir borda no plano da base em todo o perímetro.</p> <p>5. Deve possuir no mínimo 4 gavetas. As duas gavetas superiores devem possuir altura aproximada de 150 mm. A gaveta superior deve possuir no mínimo 15 divisões internas (divisórias) na cor branca para alojar medicamentos. A gaveta inferior deve ter altura aproximada de 300 mm.</p> <p>6. O material das divisórias, assim como os acabamentos, deve ser compatível com produtos de limpeza hospitalar, de fácil higienização, resistentes mecanicamente e duráveis.</p> <p>7. Deve possuir dispositivo para trava única de todas as gavetas, com lacre de segurança.</p> <p>8. Possuir bandeja com dispositivo de rotação de 90º a 180º para instalação do cardioversor, com dimensões aproximadas de 400 x 400 mm.(+/-5%).</p> <p>9. Deve possuir, ao menos, 03 (três) tomadas elétricas alimentação elétrica: 220 V ou bivolt automático – 60 Hz situadas na lateral ou parte traseira do carro com cabo de força de, no mínimo, 3 (três) metros de comprimento, padrão conforme NBR 14136.</p> <p>10. Suporte para cilindro de oxigênio pequeno.</p> <p>11. Suporte de soro com ajuste de altura.</p> <p>12. Tábua para massagem cardíaca em acrílico.</p> <p>13 Dimensões aproximadas do carro: Altura: 110 cm largura: 60 cm, profundidade: 60 cm.</p>	UN	15

			<p>14. Aspectos gerais: Além dos itens descritos, devem acompanhar o equipamento todos acessórios mínimos necessários para a imediata utilização do mesmo.</p> <p>15. Garantia mínima de 12 meses.</p>		
6	3150102135	381572	<p><b>CICLOERGÔMETRO (PASSIVO) PARA MEMBROS INFERIORES ADAPTÁVEL AO LEITO</b></p> <p>Especificações mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cicloergômetro para membros inferiores (passivo) elétrico adaptável ao leito base metálica com regulagem de abertura máxima de 94cm;</li> <li>2. Rodízios para transporte medindo no mínimo 4";</li> <li>3. Coluna em estrutura metálica com pintura eletrostática ou aço inox e altura mínima de 130cm;</li> <li>4. Possuir proteção para carenagem do motor;</li> <li>5. Suporte para os pés em aço ou aço inox;</li> <li>6. Cinta para fixação dos pés;</li> <li>7. Apoio para panturrilha;</li> <li>8. Ajuste mínimo de 2 posição para aumento de raio de movimento;</li> <li>9. Sensor de reconhecimento de espasmos, tempo, velocidade; sentido do movimento e display;</li> <li>10. Pintura eletrostática;</li> <li>11. Voltagem 220v.</li> <li>12. Registro na ANVISA</li> <li>13. Garantia mínima de 36 meses.</li> </ol>	UN	1
7	5003320	433496	<p><b>DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR</b></p> <p>Cardioversor com monitor em tela de cristal líquido colorida.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equipamento com capacidade para desfibrilação, cardioversão e monitorização de pacientes adultos, pediátricos e neonatal.</li> <li>2. Deve possuir tela em LCD com resolução mínima de 640x480 (VGA) sendo preferível resoluções iguais ou superiores a 800x 600 (SVGA) e dimensão de no mínimo 6";</li> </ol>	UN	15

3. Capaz de exibir simultaneamente: pelo menos 2 canais de ECG simultaneamente; frequência cardíaca; SPO2; alarmes.

4. Desfibrilação e cardioversão:

4.1. Sistema de sincronismo de disparo pela onda R;

4.2. Disparo com formato de onda bifásica exponencial truncada;

4.3. Capacidade de carga mínima de 0 a 200 joules podendo possuir capacidade de carga superior a 200 Joules;

4.4. Limitação automática de 50 Joules quando usado pás pediátricas e intracavitárias (OPCIONAL);

4.5. Carga rápida de 0 a 200 Joules em no máximo 6 segundos em uso de baterias;

4.6. Capaz de no mínimo 20 (vinte) cargas rápidas sucessivas em uso com baterias.

4.7. Descarga automática interna para cargas não aplicadas.

4.8. Deve possuir modo de desfibrilação externo automático (DEA).

4.9. Deve possuir sistema de operação padrão 1-2-3.

4.10. O equipamento deve oferecer seleção automática do tipo de paciente (adulto ou infantil) através da detecção do tipo pá de desfibrilação utilizada.

4.11. Acionamento de carga pelo painel e pelas pás externas reutilizáveis.

4.12. Pás externas reutilizáveis tamanho adulto e pediátrico conjugadas, com:

4.13. Botões de carga e disparo;

4.14. Indicador de contato com o paciente.

4.15. Local para fixação das pás no aparelho. Deve permitir que as pás infantis fiquem fixas ao aparelho quando não estiver em uso.

4.16. Deve possuir função de marca passo transcutâneo com funções:

4.17. Funcionar através de pás adesivas ou eletrodos adesivo de monitoração de ECG;

4.18. Funcionamento no modo assíncrono (fixo);

4.19. Funcionamento no modo síncrono (demanda).

5. Possuir os seguintes indicadores e alarmes:

5.1. Comandos em texto;

5.2. Bipe do QRS;

5.3. Nível de carga da bateria;

5.4. Alimentação de fonte externa e bateria;

5.5. Modo de sincronização ativo;

5.6. Sinal sonoro de equipamento carregando;

5.7. Botão de choque piscante;

5.8. Nível de carga na tela.



5.9. Alarme visual e sonoro para os parâmetros monitorizados.

6. Monitoração cardíaca pelas pás e por cabos de paciente de no mínimo 03 (três) vias.

7. A Monitoração de ECG:

7.1. Deverá detectar complexo QRS (16 a 300 BPM), em pacientes pediátrico e adulto, com um mínimo de 2 derivações simultâneas, seleção definida pelo usuário.

7.2. Pré-amplificador de ECG flutuante, ajuste de ganho das derivações e de velocidade de traçado na tela.

7.3. Indicação digital da frequência cardíaca na tela, com resolução de 1 bpm.

7.4. Detecção/rejeição de pulso marca-passo.

7.5. Filtros selecionáveis para tremor muscular e 60Hz.

7.6. Possuir mecanismos de proteção para o paciente contra microeletrocutação, proteção contra descargas de desfibrilador de até 360J e de bisturi elétrico de acordo com as normas vigentes. O equipamento deverá ter registro na ANVISA.

7.7. Sensibilidade de 5 a 10 mm/1mV de entrada.

8. Monitoração de SpO2:

8.1. Monitoração contínua de Oximetria de Pulso (SPO2).

8.2. Tecnologia que permita a leitura em pacientes com baixa perfusão e pacientes inquietos.

8.3. Aquisição de sinal com tecnologia necessária ao SPO2.

8.4. Indicação digital e curva pletismográfica;

8.5. Resolução menor ou igual a 3% na oximetria para saturação de 70% a 100%;

8.6. Resolução menor ou igual a 2 BPM na taxa de batimentos cardíacos na faixa de 30 a 200 BPM;

8.7. Com alarmes de falha e de falta de sensor e alarme ajustável de saturação alta e baixa.

9. Pressão Não Invasiva (PNI):

9.1. Mediação pelo método oscilométrico, com acionamento manual ou automático com intervalos de medições programadas pelo usuário;

9.2. Insuflação e leitura através de mangueira de uma via;

9.3. Mangueira de insuflação com encaixe de engate rápido;

9.4. Faixa de medição mínima de 40 a 255mmHg;

9.5. Impressão em papel termosensível;

9.6. Todos os registros de eventos;  
9.7. Resultado de testes de verificação.

10. Deverá ser fornecido no mínimo:

10.1. 02 (um) sensor adultos reutilizável para oximetria;

10.2. 01 (um) sensor pediátrico reutilizável para oximetria;

10.3. 1 (um) cabo de paciente de no mínimo 03 (três) vias e cabo extensor quando necessário;

10.4. 10 jogos de pás externas adesivas de uso único (para marcapasso transcutâneo);

10.5. 30 rolos de papel termo sensível para impressora térmica.

10.6. 01 (uma) braçadeira adulto e uma infantil.

11. Alimentado por rede e bateria(s) recarregável(is).

12. Carregador interno ao aparelho para a(s) bateria(s).

13. Permitir troca de bateria sem a necessidade de abrir o aparelho.

14. Operação em rede elétrica com sistema de bivoltagem automática (127~220V) - 60 Hz.

15. Apresentar registro na ANVISA válido.

16. Possuir assistência técnica local autorizada em um raio máximo de 300Km de São Luís – MA.

17. Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, etc., indispensáveis ao funcionamento solicitado.

18. Fornecimento de manual(is) de operação original(is) e atualizado(s). Deverá ser confirmado na proposta para entrega juntamente com o(s) equipamento(s);

19. Fornecimento de manual(is) de manutenção (serviço) original(is) e atualizado(s). Isto inclui lista de peças e seus respectivos códigos, vista explodida, rotinas de calibração, manutenção e autoteste, além de senhas para acesso ao modo de serviço. Deverá ser confirmado na proposta para entrega juntamente com o(s) equipamento(s).

20. Fornecimento de treinamento de operação do equipamento sem ônus adicional para o HUUFMA (Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão);

			<p>21. Fornecimento de treinamento de manutenção do equipamento sem ônus adicional para o HUUFMA (Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão). Isto inclui rotinas de calibração, manutenção e autoteste.</p> <p>22. Fornecimento de certificado de calibração de acordo com as normas vigentes específicas para o equipamento.</p> <p>23. Assistência técnica local, autorizada. Indicar empresa(s) responsável(is) e respectivo(s) endereço(s).</p> <p>24. Obrigatoriamente deverá acompanhar a proposta todos os catálogos e material(is) ilustrativo(s), referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprovatórios dos itens desta Descrição Técnica, original(is) ou em cópia colorida.</p> <p>25. Registro na ANVISA;</p> <p>26. Garantia mínima de 24 meses.</p>		
8	5004803	305329	<p><b>DESUMIDIFICADOR</b></p> <p>Desumificador compacto elétrico/eletrônico, controlador da umidade, voltagem 220V, capacidade ambiente com aproximadamente 200 M3, dimensão máxima (L x P x A mm) 400 x 300 x 600 viabilizando redução da umidade para equipamentos/ambientes de radiologia. Deve acompanhar todos os itens e acessórios necessários para o pleno funcionamento e transporte. Fornecer manuais de operação. certificado de registro no INMETRO e ANVISA, ou comprovação da dispensa no que couber. Garantia mínima de 12 meses.</p>	UN	6
9	3110111413	240027	<p><b>SISTEMA FIXADOR DE CABECA TIPO MAYFIELD - USO MEDICO / CIRURGICO</b></p> <p>Fixador de crânio tipo MAYFIELD</p> <p>Contendo no mínimo: 01 suporte para cirurgia na posição deitado, 01 suporte 3 pinos com coroa fixadora de crânio, 01 apoio de crânio ferradura, 01 extensor de suporte de crânio mayfield com rotação 360°, 01 apoio de crânio meia lua adulto e infantil, 01 par de presilhas, 03 pinos de fixação adulto e 03 pinos de fixação infantil; deve possuir torquímetro com indicação da força de fechamento do pino; que possa ser adaptado a qualquer mesa cirúrgica; deve ser autoclavável; possuir alavanca que trava de forma rápida as articulações inferiores;</p>	UN	2

			possuir registro na anvisa; Garantia mínima de 36 meses.		
10	5001830	399853	<b>MESA CIRÚRGICA</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mesa Cirúrgica Elétrica para uso em Cirurgia Geral, Vascular, Renal, Ginecológica, Urológica, Proctológica, Ortopédica, Laparoscópica.</li> <li>2. Possuir capacidade de carga igual ou superior a 250 kg (na posição horizontal) e igual ou superior a 200 kg (+/- 10%) para todas as posições;</li> <li>3. possuir base integrada com rodas para movimentação do equipamento e sistema de freio com comando único; possuir estrutura física(chassi) feita em material aço inox ou Superior, tampo da mesa cirúrgica em material radio transparente e livre de barras transversais, permitindo o uso de equipamentos com tecnologia de arco-c e raio-x;</li> <li>4. Possuir tampo cirúrgico com no mínimo 05 seções: seção da cabeça, seção de tronco, seção da bacia, seções de pernas bipartidas, possuir sistema de engate rápido para a cabeceira e placas de apoio para as pernas e permitir ajuste das mesmas;</li> <li>5. Possuir tampo com as seguintes dimensões: comprimento de 2100 mm (+/-5%), largura de 550 mm (+/- 5%);</li> <li>6. Possuir sistema de movimentação eletro-hidráulico com acionamento via comando digital dedicado integrado à coluna da mesa, e através de controle remoto sem fio, revestimento da base da mesa fabricado em fibra de vidro reforçada, ou material resistente à impactos e desinfetantes;</li> <li>7. com no mínimo os seguintes movimentos elétrico-hidráulicos: altura (faixa mínima de 650 a 900 mm), inclinação frontal (faixa mínima de 25° para cima e 25° para baixo com relação ao eixo horizontal) e lateral (faixa mínima de 15° para esquerda e 15° para direita), e dorso (faixa mínima de 40° para baixo e 70° para cima);</li> <li>8. Possuir a movimentação de deslocamento longitudinal do tampo, em relação à base do equipamento, com faixa mínima de 0 até 300mm;</li> <li>9. Possuir a movimentação de flexão abdominal, relativo ao ângulo superior entre dorso e assento, com faixa de ajuste no</li> </ol>	UN	10

mínimo da posição horizontal (180°) até 110°entre dorso e assento;

10. Possuir a movimentação de flexão lombar, relativo ao ângulo superior entre dorso e assento, com faixa de ajuste no mínimo da posição horizontal (180°) até 220°entre dorso e assento;

11. movimentos eletrohidraulicos possuir colchão com, no mínimo, 80 mm (+ ou – 10%) de espessura com sistema de fixação;

12. radio transparente, capacidade de prevenção de úlceras por pressão para melhor distribuição do peso do paciente, possuir tecido livre de costuras com válvula membrana semipermeável situada na parte inferior do colchão, para impedir a entrada de líquidos e permitir a saída de ar;

13. alimentação elétrica comutável: 100 até 240 vac, 50/60-Hz.

14. Possuir sistema de autonomia de energia com bateria interna recarregável de tecnologia sem efeito memória e carregamento acoplado ao equipamento;

15. possuir indicação para equipamento ligado em rede elétrica ou bateria;

16. possuir indicação de bateria com carga baixa;

17. baterias internas recarregáveis com autonomia mínima de 1 semana;

18. possuir régua em aço inoxidável para colocação de acessórios;

19. possuir grau de proteção mínimo IPX4;

20 Acessórios: 01 arco de necrose; 01 apoio de pernas bipartido com dupla articulação; 01 conjunto de estofados; 01 par de apoio de braços de no mínimo 450mm de comprimento; 05 fixadores radiais, apoio de cabeça dupla articulação; 01 placa de extensão para as costas com sistema de fácil encaixe; 01placa de extensão para quadril com sistema de fácil encaixe, que permita o acoplamento da placa de apoio de pernas ou placa de extensão para costas; apoio em gel em u.

21. Condições gerais e demais acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas.

22. Exigências: Apresentar certificado de conformidade às normas: NBR IEC 60601-1 NBR IEC 60601-1-2NBR IEC 60601-2-46;

			<p>Registro na ANVISA, conforme disposições da lei N°: 6.360/1976, RDC ANVISA N°: 185/2001 e legislações correlatas; Apresentar Manual de Manutenção, instalação e operação com o mesmo conteúdo apresentado à ANVISA.</p> <p>23. Garantia mínima de 24 meses.</p>		
11	5002379	456280	<p><b>SISTEMA MULTIPARAMÉTRICO PARA TESTE DE ESFORÇO PARA ERGOESPIROMETRIA</b></p> <p>Especificações mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. sistema integrado de teste de esforço computadorizada análise metabólica de gases permitindo a visualização simultânea do ecg, da análise de gases composto por software de análise e esteira ergométrica;</li> <li>2. sistema de medidas de gases que utilizem a tecnologia câmara de mistura;</li> <li>3. sistema de ECG digital com análise em tempo real de no mínimo 12 derivações integrado, para a execução do teste e análise cardiopulmonar de esforço e de repouso incluindo di, dii, diii, avr, avl, avf, v1, v2, v3, v4, v5, v6 com filtros digitais para a variação da linha de base, para a atenuação do tremor muscular, análise de arritmias;</li> <li>4. espirometria podendo ser realizada de forma independente ou durante o exercício;</li> <li>5. uso de máscara facial, bocal ou máscara de diluição;</li> <li>6. aplicação de medias em tempo real dos valores dos parâmetros como bxb médio e suavizado nos gráficos dos parâmetros;</li> <li>7. detecção automática, semi-automática ou posterior dos limiares anaeróbicos (at) e do pico de exercício, utilizando v-slope, etco2, equivalente ventilatória ou gráficos de at selecionados pelo usuário;</li> <li>4. gravação e armazenamento do ECG contínuo durante todo o exame para posterior análise, emissão de laudo, comentários e impressão;</li> <li>5. o sistema deve trabalhar integrado com a esteira ergométrica que permita o controle via cabo de comunicação (serial ou USB);</li> <li>6. o sistema deve possuir protocolos pre-configurados e configuráveis para esteira;</li> <li>7. sistema estacionário de testes de esforço cardiopulmonar para medições das trocas de gases pulmonares;</li> </ol>	UN	1

8. rack com suporte para monitores de lcd;

9. o ergoespirômetro deve usar mascaras no paciente nos tamanhos: pequeno, médio e grande;

10. o sistema deve possuir o protocolo em rampa, com possibilidade de reajuste da rampa no meio do exame;

11. software para armazenar e auxiliar no monitoramento de pacientes com as seguintes características:

11.1. calculo dos valores de acordo com eccs ou standards;

11.2. software flexível para ajustes das rotinas de medições;

11.3. software com módulos de medidas, comunicação e organização;

11.4. capacidade de armazenar no mínimo 30.000 testes:

11.5. sistema operacional no mínimo Windows 10;

11.6. editor de texto e gráficos;

11.7. ajustes de rotinas de medições;

11.8. seleção e criação de protocolos com mudança de parâmetros;

11.9. protocolos de rampa e incremental;

12. Características técnicas mínimas do computador:

12.1. Fonte: 400 watts real bivolt;

12.2 Gabinete: ATX com uma baia para CD/DVD, dois HDs e mideas (cartão tf, sd, ms, usb);

12.3 Leitor / gravador de CD/DVD;

12.4 um SSDHD: de 400 a 500 gb;

12.5 um HD de 1 TB;

12.6 processador: um processador com referencia de desempenho de no mínimo celeron g4930 de 3,2 ghz;

12.7 Placa mãe:

- socket para processador de 10 geração (mínimo celeron g4930 de 3,2 ghz) com cooler;
- placa de som on board;
- placa de rede on board;

- placa de video on board;
- 2 slots pci e2 x8;
- 1 slots pci e2 x16;
- 2 slots de memória ddr 4 (mínimo dois slots);
- 1 porta serial;
- no mínimo 4 portas USB.

12.8 memória: DDR 4 de 8gb;

12.9 teclado ABNT;

12.10 mouse optico que funciona em base preta ou branca;

12.11 monitor com saída de som com no mínimo 19 pol.

13. o sistema deve permitir o ajuste durante o teste dos pontos fiduciais (ponto j e ponto isoelétrico) para dar maior fidedignidade as medidas automáticas feitas durante o teste;

14. o sistema deve mostrar tabelas de todos os dados adquiridos durante o teste;

15. o sistema deve conter três diferentes marcadores possibilitando a identificação do limiar anaeróbio, ponto de compensação respiratório e do esforço máximo;

16. o sistema deve possuir um sistema de laudo flexível, com a utilização de bibliotecas de frases pré-gravadas para aumentar a velocidade do processo;

17. o sistema deve possibilitar ao final do exame a gravação de todos os batimentos cardíacos, de todas as derivações de forma a que o usuário possa rever imprimir e comentar qualquer acontecimento eletrocardiográfico importante que tenha ocorrido durante o teste;

18. o sistema deve realizar os cálculos automáticos de todo o comportamento da pressão arterial, parâmetros metabólicos, limiar anaeróbico e ponto de compensação respiratório;

19. deverá ser possível a gravação dos exames no disco do micro para posterior emissão de laudo;

20. deverá ser possível medir o volume continuamente e simultaneamente e determinar as concentrações de co2 e o2 expiradas;



21. o sistema deve medir os seguintes parâmetros durante o exame:

21.1. fc (frequência cardíaca).

21.2. fcmáx (batimento cardíaco máximo).

21.3. pressão sanguínea (sistólica, diastólica, mmhg).

21.4. v<sub>max</sub> (consumo máximo de oxigênio).

21.5. vo<sub>2</sub> btps (consumo de oxigênio btps, l/min.);

21.6. vo<sub>2</sub> btps (produção de dióxido de carbono btps, l/min.);

21.7. vo<sub>2</sub> stpd (consumo absoluto de o<sub>2</sub> stpd, l/min.);

21.8. vo<sub>2</sub> stpd (produção absoluta de co<sub>2</sub> stpd, l/min.);

21.9. vo<sub>2</sub>/kg (consumo relativo de o<sub>2</sub>, l/min./kg);

21.10. vo<sub>2</sub>/kg (produção relativa de co<sub>2</sub>, l/min./kg);

21.11. vo<sub>2</sub>max (consumo máximo de o<sub>2</sub>, l/min./kg);

21.12. mets (equivalente metabólico);

21.13. r<sub>q</sub> (taxa de trocas respiratórias vco<sub>2</sub>/vo<sub>2</sub>);

21.14. at (limiar anaeróbico);

21.15. vo<sub>2</sub>/fc (pulso de oxigênio);

21.16. vo<sub>2</sub>/fcmáx (pulso de oxigênio máximo);

21.17. vo<sub>2</sub> / w<sub>r</sub> (capacidade aeróbica, l/min./w);

21.18. fr (frequência ou taxa respiratória, respirações/min.);

21.19. vt (volume corrente, l/respiração);

21.20. ve atps ou ve btps (ventilação minuto, l/min.);

21.21. ve / vo<sub>2</sub> (equivalente ventilatório para o<sub>2</sub>);

21.22. ve / vco<sub>2</sub> (equivalente ventilatório para co<sub>2</sub>);

21.23. ponto de compensação respiratória;

21.24. cinética de o<sub>2</sub> (déficit de oxigênio/resgate, l/min.);

	<p>22. o ergoespirômetro deve permitir calibração de pressão barométrica, ventilação e concentração de oxigênio e de gás carbônico.</p> <p>23. o kit de calibração com todas as partes e acessórios para os procedimentos completos de calibrações;</p> <p>24. o sistema de ergoespirometria deve vir acompanhado de todos os equipamentos e gases necessários para a execução da sua calibração;</p> <p>25. as medições de vazão/volume/gás devem ter as seguintes características mínimas:</p> <p>25.1. transdutor de volume:</p> <p>25.1.1. faixa mínima: 0.1 a 12 l/s;</p> <p>25.1.2. resolução: 7 ml;</p> <p>25.1.3. precisão: 3 %;</p> <p>25.2. sensor de pressão barométrica/amostra (bp):</p> <p>25.2.1. faixa mínima: 300-800 mmhg</p> <p>25.2.2. precisão: 20/40 mbar</p> <p>25.3. analisador de co2:</p> <p>25.3.1. faixa mínima: 0 - 13 vol. % co2</p> <p>25.3.2. tempo de resposta (t90): 3 s</p> <p>25.3.3. precisão: 0.1 vol. %</p> <p>25.4. analisador de o2:</p> <p>25.4.1. faixa mínima: 0 -100% o2</p> <p>25.4.2. tempo de resposta (t90): 100 ms;</p> <p>25.4.3. precisão: 1 vol. %;</p> <p>25.5. sensor temperatura:</p> <p>25.5.1. faixa mínima: 0 a 40 graus;</p> <p>25.5.2. precisão: +/- 1 graus;</p> <p>26. características mínimas da esteira:</p> <p>26.1. controle automático via computador;</p> <p>26.2. velocidade de elevação ajustável no mínimo de 0 a 18 km/h;</p> <p>26.3. inclinação de 0 a 26,0%;</p> <p>26.4. potência mínima do motor de inclinação 0,33 cv;</p>	
--	---	--

			<p>26.5. deve suportar pacientes que tenham até 180 kg;</p> <p>26.6. Alimentação 220v</p> <p>27. fornecimento de todos os cabos, conexões, filtros, mangueiras e acessórios indispensáveis ao funcionamento de todos os equipamentos;</p> <p>28. deverá acompanhar certificado de calibração rastreável NIST/Inmetro com validade mínima de 01 ano.</p> <p>29. Garantia mínima de 36 meses.</p>		
12	3132100312	354810	<p><b>SISTEMA DE HIPER E HIPOTERMIA - COLCHÃO TÉRMICO</b></p> <p>Sistema de Hiper e Hipotermia - Colchão Térmico</p> <p>1. Unidade de controle de temperatura e fluxo de água; equipamento sistema de hiper-hipotermia (colchões térmicos) micro-processado, para condicionamento da temperatura corpórea do paciente durante o pré, intra e pós-operatório, controle totalmente automático, com temperatura regulável;</p> <p>2. com sistema de prevenção de escaras a ar;</p> <p>3. com sistema de aquecimento de sangue e fluidos a seco;</p> <p>4. controlador de temperatura do colchão de 4 a 42 graus célsius, precisão de aproximadamente 0,8 graus célsius;</p> <p>5. controlador de temperatura do corpo da paciente de 32 a 42 graus Celsius, precisão de aproximadamente 0,50 graus Celsius;</p> <p>6. agente refrigerante (livre de freon);</p> <p>7. potência de aquecimento de 1,0 a 2,0 graus Celsius por minuto;</p> <p>8. potência de resfriamento de 1,0 a 2,0 graus Celsius por minuto;</p> <p>9. reservatório de água com capacidade para 8/10 litros;</p> <p>10. bomba de circulação com capacidade de vazão de até 23/25 gph, vazão típica;</p> <p>11. sistema de sensoriamento para controle automático da temperatura do paciente;</p> <p>12. controles digitais tipo soft touch (toque macio) em painel selado a prova d'água;</p>	UN	2

			<p>13. display digital; três velocidades de resfriamento: rápido, normal e lento;</p> <p>14. Conector de mangueira com desengate rápido; alimentação elétrica 220v.</p> <p>15. Deve incluir, minimamente, os seguintes acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 colchão vinílico reusável para adulto;</li> <li>• 01 colchão vinílico recusável para pediátrico;</li> <li>• 01 sensor adulto retal/esofagial;</li> <li>• 01 sensor adulto retal/esofagial</li> <li>• 01 extensão do conector com, no mínimo 2 metros.</li> </ul> <p>16. Deve apresentar certificado de conformidade com as normas de segurança obrigatórias para equipamentos eletromédicos (inmetro/nbr/iec) exigíveis para este tipo de equipamento.</p> <p>17 Garantia mínima de 36 meses.</p>		
13	3115007100	474168	<p><b>TERMÔMETRO CLÍNICO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO</b></p> <p>Termômetro Laser Digital Infravermelho, para realizar o monitoramento da temperatura dos medicamentos termolábeis.</p> <p>Características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Faixa de Temperatura: -25°C a 50º Celsius;</li> <li>2. Precisão: +/- 1,5° na faixa de 0° à 50°C;</li> <li>3. Resolução: 0.1°C;</li> <li>4. Mira Laser;</li> <li>5. Display digital iluminado;</li> <li>6. Função desligamento automático;</li> <li>7. Indicação de bateria fraca;</li> <li>8. Alimentação: Bateria ou pilha;</li> <li>9. Garantia mínima de 12 (doze) meses.</li> </ol>	UN	4
14	5003310	303275	<p><b>SERRA PARA CARDIOLOGIA (ELÉTRICA)</b></p> <p>Serra sagital elétrica para serrar ossos em cirurgias cardíacas.</p> <p>Especificações técnicas mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Peça de mão (pistola) construída em aço inoxidável;</li> </ol>	UN	2



			12. Garantia mínima de 24 meses.		
			Observação: O equipamento ofertado poderá ser submetido a testes de aceitação /qualidade, para aprovação pela equipe de cirurgias do hospital.		

3.2. Cada item é independente, conforme a quantidade declarada, ou seja, o fornecimento será executado por item, a ser entregue no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, conforme determinação deste Termo de Referência.

3.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

3.4. Será adota a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos do art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das regras e prazos previstos na referida lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE).

3.5. O julgamento das propostas será pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando-se as condições estabelecidas no edital licitatório.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Em razão da Lei Complementar nº 147/2014 (que alterou a LC 123/2006), dos artigos 6º, 8º e 9º do Decreto nº 8.538/2015 e, ainda, da Orientação Normativa nº 47-AGU (divulgada pela Portaria AGU nº 124, de 25 de abril de 2014), o presente processo licitatório **NÃO PRIORIZARÁ** a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) **para os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 14**, uma vez que, considerando a situação prevista no Art. 10º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015, não há o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório conforme Relatório de Competitividade ([23525818](#)). Há, ainda, a incerteza quanto ao êxito da licitação, que pode resultar deserta ou fracassada, comprometendo assim a continuidade da atividade da assistência hospitalar.

4.2. Em razão da Lei Complementar nº 147/2014 (que alterou a LC 123/2006), dos artigos 6º, 8º e 9º do Decreto nº 8.538/2015, o presente processo licitatório **PRIORIZARÁ** a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os **itens 3- Aspirador Cirúrgico de Secreção e 13 - Termômetro Clínico Laser Digital Infravermelho**, uma vez que foi possível identificar três ou mais fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme Relatório de Competitividade ([23525818](#)).

#### 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 5.1. Condições de Participação:

5.1.1. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no Art. 69 do RLCE 2.0, a saber:

5.1.1.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser CONTRATADA pela Ebserh a empresa:

- I - suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
- II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- III - impedida de licitar e de contratar com a União;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

5.1.1.1.1. Aplica-se a vedação prevista no subitem 5.1.1.1:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

5.1.1.1.2. A vedação prevista no subitem 5.1.1.1 também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.1.1.1.3. A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do subitem 5.1.1.1 e no subitem 5.1.1.1.2 deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.1.1.1.4. O disposto nos subitens 5.1.1.1.2 e 5.1.1.1.3 deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

5.1.1.1.5. Documentos passíveis de análise acerca do quadro societário:

I - No caso de **Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome do empresário indicado no CCMEI;

II - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP** sem sócios, **Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome indicado no Registro Público de Empresas Mercantis;

III - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, com sócios, Sociedade Simples**, deve-se considerar o Contrato Social;

IV - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**, deve-se considerar o Contrato Social;

V - Na **Sociedade Limitada**, deve-se considerar o Contrato Social;

VI - Na **Sociedade Anônima**, deve-se considerar o Estatuto Social.

5.1.2. A proponente deverá encaminhar declaração que comprove obediência ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a

menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**5.2. Condições de Habilitação:**

5.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.4. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**5.4.1. Da qualificação técnica:**

5.4.1.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de no mínimo um atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.4.1.2. Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, caso se aplique;

5.4.1.2.1. **Ficará a cargo do proponente, provar que o equipamento objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.**

5.4.1.2.2. Em caso de registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar documento legível da solicitação de sua revalidação (Petição I e II), acompanhada do registro vencido. A não apresentação do registro do produto e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.

**6. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

6.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco)* dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de *05 (cinco)* dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

6.3.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

6.3.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 183 e 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

6.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HU-Ufma, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

6.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

6.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.



6.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

6.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Da forma de fornecimento:**

7.1.1. A entrega do(s) material(is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, em até 60 (sessenta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho**, no seguinte endereço: **Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)**, no horário das **08:00 às 11:00** das **14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis**.

7.1.2. O fornecedor deverá efetuar a instalação e treinamento em até 15 (quinze) dias corridos a partir da entrega do material.

### **7.2. Do controle e fiscalização da execução:**

7.2.1. O acompanhamento da execução do fornecimento referente ao objeto deste contrato será feito pela **CONTRATANTE**, por intermédio do Equipe de fiscalização designados por portaria específica da Superintendência desta EBSERH/HUUFMA.

7.2.2. O responsável pela fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação do serviço, objeto deste contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das falhas ou impropriedades observadas.

7.2.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.2.4. A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Das condições de aceitação do objeto:**

8.1.1. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

8.1.1.1. **provisoriamente**, no prazo de até 3 (três) dias corridos contados da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes no Edital, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

8.1.1.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.1.2. **definitivamente**, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

8.1.1.2.1. Um representante da CONTRATADA deverá estar presente no momento da abertura das embalagens para conferência de conformidade do objeto. A CONTRATADA, formalmente, poderá abrir mão de sua presença no momento da conferência do objeto.

8.1.1.2.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.2. Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

8.1.3. Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

8.1.4. Os produtos deverão apresentar quando da entrega, registrados em suas embalagens os seguintes dados: **data de fabricação; data de validade do produto, lote de fabricação, as embalagens violadas serão rejeitadas.**

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.1.6. O recebimento definitivo do objeto contratado, representado pelo ateste da execução da despesa, é requisito para a instrução do processo de pagamento.

## 8.2. Das condições de pagamento:

8.2.1. A EBSEH - Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à licitante vencedora, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e sua consequentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e pelo Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

8.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.5. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.2.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.2.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------------------	--

## 9. DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

9.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 (art. 1º e parágrafo único) e o Decreto nº 10.024/2019 (art. 3º, inciso II), por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme previsto no art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, a ser CONTRATADA mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. **Critério de julgamento:**

10.2. O critério de julgamento será o de menor preço, nos termos do Art. 54, I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

10.3. **Modo de disputa:**

10.3.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.4. **Condições de participação:**

10.5. As condições de participação e habilitação estão elencadas no item 5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

## 11. DO SIGILO DO ORÇAMENTO

11.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento, dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh RLCE 2.0.

## 12. DAS RESPONSABILIDADE DAS PARTES

## 12.1. **Das obrigações da licitante vencedora:**

12.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

12.1.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.1.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.1.4. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.1.1.5. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.1.1.5.1. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Ebserh a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

12.1.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

12.1.1.8. Efetuar instalação e treinamento Técnico e Operacional no local de instalação dos equipamentos, durante o período de garantia, sem ônus para CONTRATANTE.

12.1.1.9. Fornecer prazo de garantia do não inferior ao estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento.

## 12.2. **Das obrigações da CONTRATANTE:**

12.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.2.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 13. **DAS SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

13.2. Em caso de infração administrativa, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.3.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.3.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir do qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

13.3.2.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.3.1. e 13.3.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 13.3.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do RLCE 2.0 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

- 13.5. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa CONTRATADA.
- 13.6. Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a CONTRATANTE deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa CONTRATADA e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual caso exista, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.
- 13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Contrato e demais cominações legais.
- 13.10. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo CONTRATANTE e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.
- 13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 13.13. À CONTRATADA será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bityli.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

#### **14. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 14.1. A Garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento nas condições previstas nas especificações técnicas do equipamento, normas, legislações e condições deste Termo de Referência.
- 14.2. Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas as das instaladas em fábrica.
- 14.3. As peças substituídas no período da garantia deverão ser novas e originais do fabricante, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.
- 14.4. Todas as partes, peças, acessórios e equipamentos estarão sujeitas ao mesmo período de garantia estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento.
- 14.5. As partes, peças e acessórios que forem substituídos durante o período de garantia terão garantia estendida até o prazo da vigência da Garantia dos equipamentos, não se estendendo por além dos meses pactuados, salvo nos casos de descumprimento de disponibilidade do equipamento como definido neste Termo de Referência.
- 14.6. Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo período estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE.

14.7. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa CONTRATADA poderá utilizar MÉTODO DE LACRE OU OUTRO EXPEDIENTE que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis da CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura.

14.8. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

14.9. A CONTRATADA deverá realizar atualizações mandatórias e sem custos de versão dos softwares (sistema de controle, sistema operacional e drivers) durante todo o período de garantia.

14.10. A CONTRATADA deverá garantir que os equipamentos e softwares, estejam livres de defeitos durante o período de garantia e corrigir os defeitos, sem custos de partes, peças, acessórios, software, viagens ou horas técnicas de trabalho.

14.11. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de todos os softwares a serem utilizados por todos os sistemas e equipamentos fornecidos.

14.12. A CONTRATADA certifica e garante que o equipamento atende ou excede as disposições aplicáveis dos requisitos legais, regulatórios e normativos de segurança e eficácia. Caso as referidas leis, regulamentos e normas não sejam cumpridos, a CONTRATADA deverá corrigir as deficiências por recursos próprios.

14.13. Durante o período de garantia dos equipamentos, Assistência Técnica Integral no local de instalação do equipamento, estando o CONTRATANTE isento de todo e qualquer custo de manutenção durante este período.

14.13.1. **Entendendo-se por Assistência Técnica Integral todas as manutenções corretivas e preventivas, calibração, peças, acessórios e componentes, que forem necessárias para o funcionamento do equipamento em conformidade com as características técnicas para o qual o mesmo foi projetado e as especificações descritas nos manuais do fabricante.**

14.13.2. O prazo de Atendimento Técnico deverá ser de no máximo 02 (dois) dias úteis e o Prazo de Reparo de no máximo de 10 (dez) dias corridos, ou 30 (trinta) dias corridos para aqueles que envolvam peças com importação comprovada.

14.13.3. É de responsabilidade da CONTRATADA comprovar e demonstrar, por meio de relatório técnico, emitido por profissional qualificado com o devido registro no Conselho de Classe competente, que o equipamento foi objeto de vandalismo, depredação ou mal uso. O relatório deve, no mínimo, conter fotos, ensaios e testes realizados para identificação do defeito, causas dos defeitos apresentados e o nome completo do(s) profissional(is) que elaboraram o documento. Uma cópia física, datada e assinada deve ser encaminhada para o CONTRATANTE, que poderá contestar o relatório nas ocasiões em que julgar pertinente.

## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução considerando o caráter de pronta entrega e pagamento da contratação, bem como a possibilidade de onerar as propostas apresentadas e de restrição da competição.

## **16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

16.1. Os produtos a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber, bem como o que consta no art. 4º, II e VI que é complementado pelo art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

16.1.1. A comprovação dos critérios de sustentabilidade exigidos nas contratações dar-se-á, no que couber, por intermédio de:

16.1.2. Inscrição nos rótulos ou nas embalagens.

16.1.3. Informações disponíveis no site do fabricante ou dos órgãos competentes.

- 16.1.4. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada.
- 16.1.5. Observância de normas do INMETRO, através de requisitos ambientais exigidos para a certificação ou de laudos de laboratórios acreditados pelo referido Instituto, no caso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 16.1.6. Qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido, o fabricante/distribuidor/fornecedor ou o serviço prestado cumpre com as exigências do edital, como atestados de capacidade técnica produzidos por outros CONTRATANTES, declarações, certificados, registros, credenciamentos e outros.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

- 17.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

## **18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 18.1. As despesas referentes às futuras aquisições, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da EBSERH/HU-UFMA, expressamente indicados pela Divisão Administrativa Financeira HU-UFMA/EBSERH.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

### **19.1. Subcontratação:**

- 19.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

### **19.2. Consórcios:**

- 19.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

- 19.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou, durante a pesquisa de preços, que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

## **20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observadas pela nova pessoa jurídica todas as condições de participação e habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **21. DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

- 21.1. A licitante deverá apresentar proposta em que conste explicitamente a marca e o modelo do Item ofertado, além do número de Regularização do Produto junto à ANVISA ou comprovante de Produto Não Regulado pela Anvisa. Não será aceito número de protocolo de solicitação de Regularização de Produto junto à ANVISA. Fazendo constar ainda:

- a) Nome comercial/marca;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- c) Prazo de entrega não superior a 60 (sessenta) dias corridos para itens que não dependam de importação e de 120 (cento e vinte) dias corridos para itens que dependam de importação.
- d) Prazo de garantia não inferior ao estabelecido para cada equipamento no item 3 deste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento;



e) Prazo para instalação e treinamento não superior a 15 (quinze) dias corridos a partir da entrega do equipamento;

f) Declaração em papel timbrado da LICITANTE, fazendo referência ao presente Edital de Pregão, declarando que, caso seja a vencedora, possuirá rede de assistência técnica treinada, certificada e credenciada pelo fabricante e que prestará assistência técnica durante a instalação e o período de garantia, incluindo: equipamentos, partes, peças, acessórios, software e serviços de engenharia, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

21.2. A LICITANTE deverá apresentar a documentação com a descrição técnica detalhada dos equipamentos, sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, e demais informações necessárias para demonstrar as características do produto, conforme Registro de Produto na ANVISA, quando aplicável.

21.3. A licitante deverá apresentar o documento “Instruções de Uso” (Manual) do Item ofertado para comprovação das especificações técnicas, devendo este documento ser o registrado na ANVISA quando tratar-se de Produto Registrado (Classe III ou IV) neste órgão.

21.4. Quando tratar-se de Produto Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, além do documento “Instruções de Uso” (Manual) do item ofertado apresentar também documentação técnica complementar registrada na ANVISA, não sendo aceito documento não registrado na ANVISA para comprovação das especificações técnicas quando o item ofertado tratar-se de Produto Registrado (Classe III ou IV) neste órgão.

21.5. Quando tratar-se de Produto apenas cadastrado (Classe I ou II) na ANVISA ou Produto Não Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, em substituição ou complementação ao documento “Instruções de Uso” (Manual) do item ofertado apresentar documentação técnica retirada diretamente do site do fabricante do produto.

21.6. Serão considerados como documentação técnica os manuais e relatórios técnicos dos fabricantes, aprovados e integrantes dos processos de registro de produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de acordo com a legislação sanitária em vigor em especial, Lei nº 6.360/1976, Lei nº 6.437/1977, Decreto nº 79.094/77, RDC ANVISA nº 185/2001, quando aplicável.

21.7. As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas Licitantes deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, acessórios, partes e componentes em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em manuais, catálogos e *datasheets* apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca e modelo, quando aplicável, de todos esses.

**21.8. Dos Catálogos:**

21.8.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o HU-UFMA/EBSERH se reserva no direito de solicitar catálogos dos materiais ofertados para avaliação técnica;

21.8.2. Os catálogos, quando solicitados, deverão ser apresentados com a descrição de cada item ofertado detalhada em português;

21.8.3. As licitantes devem anexar os catálogos dos itens ofertados, onde deverá conter especificações técnicas detalhadas do fabricante e que comprove atendimento aos requisitos do Termo de Referência. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificada. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

21.9. É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

21.10. O valor do preço unitário é o máximo que o HU-UFMA dispõe a pagar por contratação.

21.11. O licitante participante deste pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

21.12. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aqueles do sistema comprasnet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes neste Termo de Referência.

**21.13. Declaração de Sustentabilidade Ambiental:**

21.14. A proponente deverá encaminhar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, dentro do prazo de validade, contendo dentre outras informações, a razão social, CNPJ, endereço, telefone, assinatura do representante da empresa, que ateste e esteja ciente de sua responsabilidade ambiental, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os eventuais impactos resultantes da atividade e que atenda a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental, conforme anexo do Edital.

**22. DOS TREINAMENTOS**

22.1. A CONTRATADA deverá prover treinamento de aplicação/operacional para as equipes da CONTRATANTE sobre os equipamentos, sistemas e softwares fornecidos pela CONTRATADA, assim como para os equipamentos, sistemas e softwares das outras empresas que a CONTRATADA deseja fornecer como parte desta proposta.

22.2. O treinamento de aplicação/operacional deverá ser realizado para os grupos de profissionais do corpo clínico, conforme agenda estabelecida pelo Setor de Engenharia Clínica do HU-UFMA.

22.3. Os treinamentos de aplicação/operacional devem ser programados de comum acordo entre a CONTRATADA e o HU-UFMA, e deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos após o término da instalação e liberação do equipamento pela CONTRATADA.

22.4. Estes treinamentos serão realizados nas instalações do HU-UFMA, o qual disponibilizará os espaços físicos e recursos audiovisuais necessários para realização dos treinamentos.

22.5. O treinamento deverá ser formalizado mediante Ordem de Serviço, ou documento similar, da CONTRATADA, atestada pelo Setor de Engenharia Clínica do HU-UFMA.

**23. DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

23.1. A vigência da ata é de 12 meses a partir da data de assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

23.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

23.3. A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto 7.892/13, que traz: "Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. § 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão."

23.4. Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe: "Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições: § 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

23.5. Optou-se por permitir a adesão por entender que, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, conseqüentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

**24. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

24.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

24.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

24.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

24.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

24.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

24.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

24.7. **Obrigações da CONTRATADA:**

24.7.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

24.7.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

24.7.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

24.7.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

24.7.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

24.7.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

24.7.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

24.7.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

24.7.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

24.7.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

24.7.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

24.7.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

24.7.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

24.7.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

#### 24.8. **Subcontratação:**

24.8.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

24.8.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

#### 24.9. **Disposições gerais:**

24.9.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

25. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

25.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

**Equipe de Planejamento da Contratação - EPC**  
Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022 ([23032207](#)).

*(Assinado eletronicamente)*

**VICTOR MARINHO SOUSA**

Analista Administrativo - Administração

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2167861 . Integrante Administrativo

*(Assinado eletronicamente)*

**MÁRCIO DE ARAÚJO SANTOS**

Engenheiro Clínico

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2233418. Técnico Responsável.

*(Assinado eletronicamente)*

**THIAGO WANDERSON DE MORAES PEREIRA**

Chefe da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2232556. Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques.

*(Assinado eletronicamente)*

**GEYZYANNE LANNY SANTOS DE LIMA**

Chefe da Unidade de Compras

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, Unidade de Compras.

*(Assinado eletronicamente)*

**GERMANA MODESTO CARDOSO DE OLIVEIRA**

Chefe da Unidade de Contratos

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2131230. Unidade de Contratos.

*(Assinado eletronicamente)*

**VANIA DA SILVA MAIA**

Chefe da Unidade de Licitações

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 551707. Unidade de Licitações.

*(Assinado eletronicamente)*

**DEMÓSTENES PINTO SANTOS**

Chefe do Setor de Engenharia Clínica

1. De acordo.

2. Diante da necessidade exposta e da manifestação da área técnica, a referida contratação representa um apoio relevante para a manutenção da infraestrutura necessária para garantir a prestação de serviços ofertados pelo HU-UFMA.

3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.

*(assinado eletronicamente)*

**EURICO SANTOS NETO**

Gerente Administrativo

HU-UFMA/MEC-EBSERH

Portaria-SEI nº 115, de 1º de abril de 2022 ([23326054](#))



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Araujo Santos, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 04/11/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demostenes Pinto Santos, Chefe de Setor**, em 04/11/2022, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geyzyanne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 07/11/2022, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vania da Silva Maia, Chefe de Unidade**, em 07/11/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan Kepler Goncalves Lago Messias, Chefe de Divisão**, em 07/11/2022, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25369809** e o código CRC **CCE45DCB**.

**Referência:** Processo nº 23523.016548/2022-91 SEI nº 25369809

Criado por [victor.marinho](#), versão 5 por [marcio.asantos](#) em 04/11/2022 09:49:22.